

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a – Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas que regulam a **Aquisição de concertos, em regime de prestação de serviços à Associação Norte Cultural – Orquestra do Norte, na área da programação cultural anual para o ano de 2025**, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a – Contrato

- 1 - O Contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos, quando haja lugar à sua redução escrito.
- 2 – Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo como disposto no artigo 99.º, do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Prazo

O contrato inicia com a sua assinatura e mantém-se em vigor até que se encontrem integralmente executadas todas as prestações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta

A proposta deve mencionar expressamente o preço indicado isento de IVA, e fazer-se acompanhar da declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1 – O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na aquisição de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e documentação que sejam comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo adjudicatário ou o que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 – O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 6.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.ª - Preço base

- 1 - O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos serviços a executar no presente procedimento é de **74.990,00 € (setenta e quatro mil, novecentos e noventa euros)**, isentos de IVA.
- 2 - O Valor máximo que o Município se dispõe a pagar por cada evento é:
 - Concertos em formação de orquestra completa: 4.499,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa e nove euros).
 - Concertos Musica de Câmara: 641,00 (seiscentos e quarenta e um euros).
 - Concertos Pedagógicos: 1.501,00 (mil, quinhentos e um euros).

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1 - Pelos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, isento de IVA.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao serviço.

Cláusula 9.ª - Condições de pagamento e faturação

1 - A quantia devida pela Entidade Adjudicante, será paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só será emitida após o vencimento da obrigação respetiva, sendo a mesma validada pelo Gestor do Contrato.

2 - Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação, para além dos elementos constantes do artigo 299.º-B do CCP quando se trate de faturação eletrónica.

3 - O fornecedor/prestador de serviço, caso reúna as condições de proceder à faturação eletrónica deverá remeter para o Município de Amarante as respetivas faturas eletrónicas através de plataforma EDI. Se necessário, contacte os serviços municipais para obtenção do guia e orientações de adesão à faturação do Município de Amarante.

Cláusula 10.ª - Caução

Não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária a 20% do preço contratual.
- b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- c) A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- d) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª - Atraso nos pagamentos

- 1 - Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.
- 2 - A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula 9.ª e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 desta mesma cláusula.

Cláusula 13.ª - Incumprimento do contrato

- 1 - No caso do adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á dentro do prazo de 5 dias para efeitos de audiência prévia.
- 2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato em fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no art.º 333º do CCP.
- 3 - Em caso de incumprimento total por facto imputável ao adjudicatário, para além das sanções acessórias referidas na cláusula 11ª, o adjudicatário fica obrigado à devolução integral de todos os valores entretanto pagos ao abrigo do respetivo contrato, seja a que título for.

Cláusula 14.ª - Obrigação da manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Cláusula 15.ª - Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior, podendo, contudo, determinar, por acordo entre as partes, a redução parcial do objeto do contrato e das obrigações dele decorrentes para ambas as partes.

Cláusula 16.^a - Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 17.^a - Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

Cláusula 18.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a - Cessão de posição contratual e subcontratação

Não há lugar a cessão da posição contratual e não é permitida a possibilidade de subcontratação.

Cláusula 20.^a - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468º do Código dos Contratos Públicos, sendo efetuadas através de correio eletrónico.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a - Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Responsabilidade da entidade adjudicatária:

A proposta deve mencionar expressamente que o preço indicado está isento de IVA e que a mesma engloba as seguintes responsabilidades:

Produção, acompanhamento e realização de 12 concertos de orquestra completa, 6 concertos com grupos de câmara, e entre 8 a 12 sessões pedagógicas; contratação e cachets de maestros/maestras, solistas, coros, entre outros elementos com intervenção musical ou técnica associada à boa realização dos concertos; transfers nacionais e internacionais de músicos e técnicos; alojamento e alimentação de elementos do corpo técnico ou musical da Orquestra do Norte e convidados; contratação em regime de locação, ou outro, de equipamentos/estruturas de orquestra, de instrumentos musicais, ou viaturas de transporte; transporte, montagem e desmontagem de equipamentos/estruturas necessárias e indispensáveis à realização dos programas musicais; vigilância de instrumentos, seus suportes e viaturas propriedade da entidade adjudicatária, ao seu

serviço e, ou, de convidados, bem como de outros equipamentos no decurso das montagens/desmontagens e períodos de refeições; obtenção de autorizações e/ou pagamento dos direitos de autor referentes aos programas propostos para cada concerto.

Concertos em formação de orquestra completa:

1.

Sábado, 8 de fevereiro – 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Temporada Clássica

2.

Sábado, 8 de março – 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Temporada Clássica

3.

Sábado, 12 de abril - 22h

Igreja de S. Gonçalo

Concerto de Páscoa

4.

Sábado, 10 de maio – 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Temporada Clássica

5.

Sábado, 14 de junho – 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Temporada Clássica

6.

Terça-feira, 8 de julho – 22h

Parque do Ribeirinho

Concerto Dia da Cidade

7.

Sábado, 9 de agosto – 22h

Claustro da Câmara

Concerto de Verão/ Ópera

8.

Sexta-feira, 19 de setembro - 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Temporada Clássica

9.

Sábado, 11 de outubro - 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Temporada Clássica

10.

Sábado, 8 de novembro - 21h30m

Cineteatro Raimundo Magalhães - Vila Meã

Concerto de Temporada Clássica

11.

Sábado, 20 de dezembro - 21h30

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Natal

12.

Quinta-feira, 1 de janeiro de 2026 - 16h

Amarante Cine-Teatro

Concerto de Ano Novo

Programação Música de Câmara:

1.

Domingo, 30 de março

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

2.

Domingo, 27 de abril

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

3.

Domingo, 25 de maio

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

4.

Domingo, 28 de setembro

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

5.

Domingo, 26 de outubro

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

6.

Domingo, 30 de novembro

Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso

Programação Pedagógica:

Janeiro e fevereiro

Entre 8 a 12 sessões pedagógicas

Todas as datas e locais serão reconfirmados e reagendados se assim for necessário, mediante o interesse e o acordo entre as partes, após a assinatura do contrato, sem que isso traga qualquer tipo de encargo a nenhuma das partes.

Responsabilidade da entidade adjudicante/promotora

No caso dos concertos a realizar no Amarante Cine-Teatro assegurar todos os equipamentos/estruturas de orquestra, assim como equipamentos de luz e som, e camarins para os intervenientes.

Assegurar a autorização de ocupação dos espaços de natureza não pública e não administrados por esta entidade, bem como as condições físicas do espaço de acolhimento/realização do evento – seja de natureza pública, associativa ou religiosa; instalar, sempre que necessário, iluminação ambiente do espaço; assegurar o fornecimento de energia elétrica, mediante as potências e as características do espaço e sempre com acordo prévio da entidade adjudicatária; colocação, sempre que possível e se revele necessário, de equipamentos de aquecimento; garantir um espaço, sempre que haja essa possibilidade, para camarins no local de realização do concerto, ou no espaço mais próximo possível.

Licenciamento cultural (Direitos de Autor – SPA; Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil e Mera Comunicação de Espetáculos de Natureza Artística).